

LOURO, G. L. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

José Eduardo Szwako*

“A sexualidade é um objeto em disputa”. “A sexualidade é um espaço cujos limites e significados são contestados politicamente”. Essas duas afirmações parecem não surpreender – não hoje. A razão disso pode ser situada (sem nenhuma pretensão de revisão histórica) no cruzamento de dois fatores: de um lado, a influência de diferentes matrizes crítico-filosóficas, advinda daqueles autores franceses cuja obra foi unificada sob o rótulo “pós-estruturalista”. De outro lado, as transformações histórico-políticas ocorridas no Brasil, durante os anos 1980, como, por exemplo, a consolidação da pesquisa universitária, bem como a emergência político-pública dos novos atores e movimentos sociais. A partir desse encontro não-planejado, as interpretações acadêmicas se voltam menos para a sexualidade, enfatizando agora os efeitos dos discursos sobre o “sexual”. Ou seja, a produção universitária brasileira passa a insistir cada vez mais no caráter normativo e normalizante dos discursos em torno das práticas e relações sexuais. Nesse sentido, o debate constrói uma gama de demonstrações teóricas e históricas, postulando e confirmando que o espaço de discussão psicocientífica em torno da sexualidade não é senão um espaço discursivo que pretende e que produz normalização e, a partir daí, normalidade sexual.

Um corpo estranho, livro da pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS Guacira Lopes Louro, poderia ser mais um trabalho no oceano de explicações foucaultianas, poderia ser uma voz a mais no uníssono (não-declarado) da crítica aos dispositivos institucionais e instituídos reguladores da sexualidade. Poderia, mas não é.

O desafio do livro, formulado como problema dentro da teoria *queer* e aceito pela autora, não é dotado de caráter sociológico, não pretende denunciar, desmascarar ou, sequer, desconstruir uma realidade educativa ou homossexual. De início, a autora deixa claro que não aspira a uma “explicação” ou “descrição” dessa teoria. “[A] irreverência e a disposição antinormalizadora da teoria

* Doutorando do Programa de Doutorado em Ciências Humanas da Unicamp.

queer”, diz ela, “me incitam a jogar com suas idéias” (LOURO, 2004, p. 7). Seu desafio se constitui, primeiramente, como problema analítico: como pensar, a partir do olhar “estranho” da perspectiva *queer*, os próprios instrumentos e categorias impensados (usuais, habituais, normais) do pensamento crítico-pedagógico? A resposta a este problema se distribui pelos quatro ensaios que perfazem o livro. Neles, Louro não quer estabelecer uma proposição última e coerente. Mas, antes, desestabilizar, transgredir e até mesmo confundir qualquer coerência compulsória – para utilizar a consagrada expressão de Butler. Por meio de crítica contundente à noção de “identidade”, essa transgressão é operada ao se deslocar do âmbito da sexualidade, entendida como “objeto” de pesquisa, para o registro do corpo e das corporalidades. Esse deslocamento, por sua vez, aponta indiretamente para alguns dos limites do espaço de reflexão e de prática pedagógicas atuais.

Mas o que significa a palavra *queer*? Duas são as matrizes significativas desse adjetivo: por um lado, o termo abarca uma série de expressões consolidadas no senso comum homofóbico; e, por outro, uma tradução próxima do seu significado no contexto anglo-saxão seria a palavra “estranho”, algo esquisito, insólito, raro. A autora faz desse adjetivo um verbo, “estranhar”, no sentido de “desconfiar do que está posto e olhar de mau jeito o que está posto; colocar em situação embaraçosa o que há de estável” (LOURO, 2004, p. 64). Esse estranhamento é, dentro da teoria *queer*, um instrumento crítico de desnaturalização tanto das relações de poder quanto das coisas tidas como óbvias. Nesse sentido, o desempenho (hiper)feminilizado de uma *drag-queen*, exemplo repetido em diferentes momentos do livro, pode ser altamente subversivo, uma vez que *seu corpo* explicita a forma impensada como, ainda hoje, gênero e sexualidade são atrelados. A estranheza provocada pela sua construtividade corporal provoca e desvela os limites dos binarismos operantes em diversas dimensões e com diferentes alcances (hétero/homossexual, cultura/natureza, feminino/masculino, conhecimento/ignorância).

Além disso, embora dê ênfase a determinadas posições-de-sujeito “trans”, sujeitos no limite do corpo, dos gêneros e das sexualidades, a autora escapa de reproduzir uma pecha cara aos intelectuais: a reificação e fetichização de tais posições. “Não indago por que tais sujeitos cruzam as fronteiras”, afirma ela, essas personagens “podem ser emblemáticas da pós-modernidade. Mas elas não se colocam, aqui, como um novo ideal de sujeito” (2004, p. 18-22). Quer dizer, inexistente um projeto prescritivo na ou da teoria *queer*. No livro, os ensaios escapam a qualquer vontade classificatória, pois não pretendem “normalizar”, isto é, não visam a trazer esses corpos estranhos para o espaço do normal. Não se trata, portanto, de psicologizar ou mesmo de despatologizar

tais figuras por meio de uma moderna fórmula disciplinadora: “Ser homo ou transexual é normal”; longe disso, “queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada” (2004, p. 38). Aliás, reside precisamente no questionamento desse “*ser* isso ou aquilo” a crítica que Louro empreende à noção de identidade, passando, a partir daí, à concepção de “uma política pós-identitária para a Educação”.²

Reverendo a trajetória dos movimentos homossexuais, no Brasil e no exterior, durante as décadas de 1970 e 1980, a autora observa que a publicização da “identidade homossexual” foi a um só tempo uma questão pessoal e política. Ali, a positivação da homossexualidade reuniu sob um amplo guarda-chuva uma diversidade de sujeitos e histórias, com apenas uma condição: “para fazer parte da comunidade homossexual, seria indispensável [...] que o indivíduo se ‘assumisse’” (2002, p. 32). Entretanto, um dos efeitos indiretos desse movimento foi um processo de normalização cujos moldes tinham, é claro, feições sexistas e heterossexuais. A política de afirmação de identidade sexual postulava uma representação “positiva” (p. 33) dessa identidade, ao mesmo tempo em que regulava os limites “aceitáveis” do e da homossexual (classe média, monogâmico, branco, masculinizante, etc.). Ou seja, tal política identitária, dentro um arranjo sociopolítico *sui generis*, tornou-se, em certa medida, “cúmplice do sistema contra o qual ela pretendia se insurgir” (LOURO, 2004, p. 46).

Em certa medida, a questão não é apenas a matriz heterossexual compulsória em cujos moldes os movimentos de afirmação de identidade acabaram, indiretamente, por se adequar e se reproduzir. Antes, a problemática repousa silenciosamente na noção de identidade. O guarda-chuva que abrigou e abriga tal identidade (neste caso, sexual) não foi – e não é – tão amplo a ponto de abranger uma multiplicidade diversa ou estranha; vale dizer, uma vez que se funda (na invenção da “comunidade” homossexual, que antropológica e historicamente nunca foi uma comunidade) sobre uma identidade, esse guarda-chuva não deixa espaço para a diferença. Essa “comunidade” produziu discursiva e politicamente uma identidade. “[A] identidade”, entretanto, “é predicativa, propositiva: *x* é isso. A diferença é experimental: o que fazer com *x*” (SILVA, 2002, p. 66, sem grifos no original).

É precisamente neste cenário que Louro lança suas idéias sobre uma pedagogia *queer* – não uma pedagogia do diferente, desse outro inventado *qua* outro, não uma pedagogia apaziguadora na qual “as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades

2 Título do segundo ensaio, o único anteriormente publicado em *Revista de Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, 2001.

[multiculturais] exóticas” (LOURO, 2004, p. 48). Não se trata disso, uma vez que “a redução da diferença ao diferente equivale a uma redução da diferença à identidade” (SILVA, 2002, p. 66).

Destarte, não se trata “de incorporar ao currículo (já superpovoado) outro sujeito (o queer)” (2004, p. 65), quer dizer, não se trata de institucionalizar, identificar e, então, normalizar tais posições-de-sujeito. Uma pedagogia e um currículo *queer*, pelo contrário, se voltariam “para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades” (2004, p. 48). Aqui, tanto identidade como currículo e conhecimento são vistos como uma luta perpétua; eles constituem um processo interminável de repetição, reiteração e esquecimento. Nesse registro, Louro opera *via* Judith Butler uma metanóia curricular que exige “dar-se conta das disputas, das negociações e dos conflitos constitutivos das posições que os sujeitos ocupam” (2004, p. 49). *Queering* o currículo, estranhá-lo, implica, portanto, sair do registro da identidade e da mesmice, não para pensar a diferença decodificando-a, mas para matizar a produção da diferença, a produção do estranho e do suposto impensável.

A crítica às concepções fundacionistas e rígidas de identidade anda *pari passu* com um movimento de desconstrução da construção social do corpo. Radicalizando o pressuposto antropológico de que “os corpos são o que são na cultura” (2004, p. 75), isto é, que os corpos adquirem significado apenas *por meio* de discursos *na* história, a autora desconstrói qualquer continuidade natural e naturalizante entre sexo-gênero-sexualidade. Louro observa que não apenas gênero e sexualidade são – o jargão tem fins didáticos – construções sociais, mas o sexo (corpóreo-biológico) é, também ele próprio, uma construção. Com efeito, o que entra em jogo aqui é um binarismo caro à tradição teórica racionalista que pensa e produz a oposição natureza/cultura como algo lógico e necessário. Ou seja, uma forma de pensamento que opõe sexo, algo de registro “natural” (na observação de Butler, algo de “domínio pré-discursivo”), à gênero-sexualidade, como sendo sócio-historicamente constituídos. Pelo contrário, para ambas as autoras, sexo não advém da natureza e tampouco é nela produzido; não é *exterior* ou logicamente *anterior* à cultura: “[é, portanto,] a concepção binária do sexo, tomado como um ‘dado’ que independe da cultura, [que] impõe [...] limites à concepção de gênero” (LOURO, 2004, p. 81).

Ao compreender o corpo e, junto dele, a corporalidade como efeitos discursivos, Louro se utiliza da idéia de “marca” e “marcação corporais”: “a marcação pode ser simbólica ou física, pode ser indicada por uma aliança de ouro, por um véu [...] ela terá, além de efeitos simbólicos, expressão social e material”, além disso, a marcação “poderá permitir que o sujeito seja reconheci-

do [...] que seja, em síntese, aprovado, tolerado ou rejeitado” (2004, p. 83-84). Aqui, mais uma vez, a autora se aproxima de Butler ao enfatizar os efeitos propriamente políticos que implicam pensar o corpo e, por conseguinte, seu respectivo sexo como discursivamente constituídos. A marca corporal não é apenas “marcação”, ela é sempre “demarcação” que produz e institui um limite fronteiro. Expressão nítida dessa concepção está na observação de Butler que, unindo Mary Douglas a Michel Foucault, afirma ser preciso “compreender as fronteiras do corpo como os limites do socialmente *hegemônico* [...] o corpo não é um ‘ser’, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada” (BUTLER, 2003, p. 189-198, grifo no original).

No seu todo, *Um corpo estranho* vai muito além de desafiar a reflexão e a prática pedagógicas, uma vez que coloca em xeque uma série de convenções estabelecidas no raciocínio intelectual e crítico. Tanto as chaves-interpretativas acionadas quanto os inusitados exemplos empíricos por meio dos quais Louro constrói sua argumentação acabam por iluminar as “resistências” e obstáculos institucionais e epistêmicos travestidos de limites do razoável, do pensável. As descontinuidades observadas na constituição identitária, assim como as idéias de “pós-identidade” e de “multiplicidade”, dificultam e subvertem o pensamento (a-crítico) habitual. Como a própria autora repete durante o livro, algumas dessas idéias são simplesmente “insuportáveis” para uma dada estrutura curricular, ou mesmo para a dimensão da experiência escolar.

De fato, essa escola “múltipla” e “estranha” não existe. Ainda não.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, T. T. Identidade e diferença: impertinências. *Educação & Sociedade*, ano 23, n. 79, p. 65-66, ago. 2002.

Texto recebido em 12 abr. 2007
 Texto aprovado em 27 jun. 2007